

Senhor (a) parlamentar,

Vivemos um momento delicado da política brasileira.

Acompanhamos, com preocupação, o que tem sido para muitos uma das mais graves crises políticas da história de nossa democracia.

Apesar das mazelas e dificuldades desse momento, sabemos o quanto é vital manter a confiança nesta Casa e nos representantes que legitimamente foram eleitos para aqui estar. Confiamos no julgamento desta Casa na defesa do que é melhor para o Brasil. Por isso, pedimos atenção a alguns PL's e PEC's que tramitam neste Congresso Nacional.

São temas que interessam diretamente a um número significativo de trabalhadores no serviço público federal, estadual e municipal. Alguns podem trazer impactos imediatos no atendimento à população brasileira já tão carente de serviços públicos. Este que é um direito de todos e dever do Estado assegurar.



APROVAR PARA AVANÇAR

PLS 397/2015 – De autoria do senador Antônio Anastasia, esse PLS propõe regulamentar a negociação coletiva no setor público. Esta é uma das bandeiras históricas de luta dos servidores. O texto deste PLS é considerado um dos que melhor aborda a questão dentro do Congresso e sua aprovação representará um marco positivo nas relações de diálogo entre servidores e governo.

PEC 555/2006 – De autoria do deputado Carlos Mota essa proposta prevê o fim da cobrança de contribuição a servidores aposentados e pensionistas que imposta desde a reforma da Previdência de 2003. A aprovação desta PEC trará justiça aos que por anos já contribuíram e não deveriam ser sobretaxados no momento da vida em que mais precisam de tranquilidade, segurança e dignidade.

PEC 17/2014 – Mais de 30 senadores se uniram na autoria dessa proposta que prevê a concessão de indenização a servidores intoxicados da ex-Sucam. Esses servidores trabalharam durante anos no combate a doenças endêmicas no País e vivem hoje um verdadeiro drama enfrentando doenças graves oriundas do contato direto com produtos tóxicos. Muitos já faleceram buscando apoio do governo no tratamento dessas doenças. Os que ainda lutam pela vida pedem a aprovação desta proposta que representa esperança no tratamento a que se submetem.

DERRUBAR PARA NÃO RETROCEDER

PEC 139/2015 – Proposto pelo próprio Executivo, o fim do abono de permanência é considerado um grave retrocesso para o atendimento público que já sofre com tantas mazelas. Caso seja aprovada pelo Congresso, essa PEC pode permitir que mais de 101 mil servidores qualificados deixem de atender a população brasileira, isso só na esfera federal. Por se tratar de uma emenda constitucional, a PEC também pode impactar negativamente o atendimento nos Estados e Municípios. Para que o atendimento já precário à população não se transforme em caos completo no setor público, a derrubada dessa PEC é considerada tão importante.

PL 3501/2015 – Também de autoria do Poder Executivo, o projeto prevê a criação do INSI (Instituto Nacional de Saúde Indígena). Essa experiência, já realizada em outros setores, como o caso da Área Ambiental, já se mostraram ineficientes. O Congresso deve considerar a derrubada da proposta e garantir debate com servidores e indígenas para buscar uma melhor solução para o atendimento adequado a essas comunidades.